

Princípios gerais da moralidade em Hume

General Principles of morality in Hume

WESLEY FELIPE DE OLIVEIRA¹

Resumo: Neste texto, iremos abordar a proposta de David Hume de introduzir o método experimental de raciocínio nos assuntos morais, seguindo o modelo da física newtoniana. O método consiste em observação, experimentação, reflexão e formulação de hipóteses verificáveis a partir de casos particulares para alcançar leis universais. Hume compreende que todas as ciências estão em relação com a natureza humana e defende a rejeição de sistemas éticos que não estejam baseados em fatos e observações.

Palavras-chave: Hume. Método Experimental. Raciocínio. Observação.

Abstract: In this text, we will address David Hume's proposal to introduce the experimental method of reasoning in moral matters, following the model of Newtonian physics. The method consists of observation, experimentation, reflection, and formulation of verifiable hypotheses based on particular cases to reach universal laws. Hume understands that all sciences are related to human nature and advocates for the rejection of ethical systems that are not based on facts and observations

Keywords: Hume. Experimental Method. Reasoning. Observation.

O método experimental e a história

A proposta que David Hume (1711–1776) apresentou, para fazer uma investigação sobre os princípios da moral, provocou uma revolução nos estudos humanísticos com a proposta apresentada no subtítulo do *Tratado da Natureza Humana*, publicada nos anos de 1739–40, a saber: *uma tentativa de introduzir o método experimental de raciocínio nos assuntos morais*.

Com esta base, se inicia o projeto humeano de transferir o método de experimentação usado na filosofia da natureza (física e astronomia), para as questões morais e tendo sempre como modelo das ciências naturais elaboradas por Isaac Newton (1642–1727). Através deste método se observam os fatos, elaborando modelos matemáticos que são contrastados pela experimentação, e assim sucessivamente até se alcançar conclusões gerais, ou seja, este método extrai leis a partir das observações particulares, utilizando experimentações, raciocínios indutivos e a matemática. Newton desenvolve assim uma revolução nas ciências

¹ Bacharelado em Filosofia da UNIOESTE – Campus Toledo e Aluno bolsista do Programa PET (Programa de Educação Tutorial – pelo Mec/SESu) pela mesma universidade.

naturais, uma vez que usa da experiência para explicar todos os fenômenos da natureza através da chamada *Lei da Gravitação Universal*.

Newton demonstra existir uma mesma lei de gravitação e movimento a qual todo o universo está sujeito, desde simples corpos terrestres até as estrelas mais distantes e todos sendo influenciados uns pelos outros. A queda de um corpo observa Newton, é resultado da atração exercida pela Terra, e disto induz que esta mesma força atrativa também é existente entre a Terra e a Lua, e entre o Sol e os demais planetas, concluindo então que a força gravitacional entre dois objetos é proporcional a grandeza de sua massa, ou seja, quanto maior a massa, maior é a força entre dois objetos.

Ele descreve a gravitação e formula suas leis, mas confessando desconhecer a natureza e as propriedades da gravidade através das observações dos fenômenos, Newton encerra suas investigações, uma vez que se nega a tirar conclusões desprovidas de experiência, o que o faz afirmar: “*Non fingo hypotheses*”² (NEWTON, 2005, p. 258), isto porque, tudo o que é concluído sem estar baseado nas observações são meras hipóteses, e estas não são características da filosofia experimental.

Partindo deste método que comprovou ter grande eficácia na filosofia da natureza, e seguindo as características da física newtoniana de obter um preciso conhecimento que possa principalmente ser demonstrável pela experiência, desvinculando-se desta forma de fundamentações puramente hipotéticas que são desprovidas de bases experimentais, que Hume fará suas investigações nos assunto morais, efetuando aquilo que Newton constata no seu livro *Óptica*, de 1705, em que ele diz: “*E se a filosofia natural, em todas as suas partes, perseguindo este método, for afinal aperfeiçoada, os limites da filosofia moral serão também alargados.*” (NEWTON, 2005, p. 298). Do mesmo modo que a filosofia natural havia se desvinculado de investigações e raciocínios que não estavam fundados na experiência, a filosofia moral deveria seguir o mesmo curso para obter uma base segura. Nas palavras de Hume:

² Não formulo hipóteses.

“Já é hora de que se proponham a uma reforma semelhante em todas as investigações morais, e rejeitem todos os sistemas éticos, por mais sutis e engenhosos que sejam, que não estejam fundados em fatos e na observação.” (HUME, 1995, p. 26).

Neste sentido, para fazer então uma investigação a propósito da natureza humana, e formular uma ciência do homem, que será o fundamento seguro para as demais ciências, Hume seguirá o modelo da física newtoniana propondo a aplicação do método experimental, que consiste da observação dos acontecimentos, da realidade, seguida de experimentação, e a partir então de uma reflexão, formular hipóteses que possam ser verificáveis e colocadas a testes repetidas vezes para confirmá-las ou negá-las, e chegar a máximas universais, que são as leis, a partir de observações de casos particulares.

Hume compreende que todas as ciências estão em relação com a natureza humana. A *lógica* é um instrumento que explica a faculdade intelectual da mente humana, seus mecanismos, princípios, operações e a natureza das idéias, a *moral* e a *crítica* se relacionam com as questões dos gostos e sentimentos humanos, e a *política* compreende o ser humano como dependente e que conseqüentemente convive com os outros. Além destas ciências morais, Hume afirma que a *matemática*, a *filosofia natural* e a *teologia natural* também possuem um vínculo com o homem, dependendo estritamente de uma ciência do homem, se beneficiando então com a pesquisa acerca da natureza humana, que demonstrará os limites das faculdades intelectivas, evidenciando o que é possível o ser humano entender e conhecer.

Para Hume, uma investigação através deste método é o modo mais eficiente de obter êxito, e afirma que é somente com as observações empíricas da vida humana que se chega à conclusão sobre sua real natureza, por isso suas observações estarão voltadas aos hábitos cotidianos dos homens, seus sentimentos e faculdades mentais, observando aquilo que gera no homem estima e mérito, amor e ódio, desprezo ou louvores.

A *Sinopse*, que é um resumo do *Tratado*, em que Hume se apresenta anonimamente na terceira pessoa, escrevendo de um modo muito mais simples, cujo propósito é esclarecer e facilitar o entendimento de sua obra, ele deixa claramente exposto que o seu propósito em suas investigações é não fazer quaisquer

conclusões sobre o homem, que não haja um fundamento empírico, demonstrando assim como Newton, sua recusa por hipóteses:

“Ele propõe fazer uma anatomia da natureza humana de uma maneira sistemática, e promete não tirar nenhuma conclusão sem a autorização da experiência. Fala das hipóteses com desprezo...” (HUME, 2001, p. 684).

Deve-se considerar que as investigações morais possuem naturalmente uma desvantagem em suas observações e experimentações, se comparada com a filosofia da natureza. Nesta pode-se facilmente reunir experimentos e colocá-los a testes repetidas vezes até chegar a uma conclusão, já na filosofia moral, não é possível fazer isto da mesma maneira, o que faz com que Hume busque a história como um meio para observar o comportamento humano, porque é através desta ciência que:

“devemos reunir nossos experimentos mediante a observação cuidadosa da vida humana, tomando-os tais como aparecem no curso habitual do mundo, no comportamento dos homens em sociedade, em suas ocupações e prazeres.” (HUME, 2001, p. 24).

Essa observação da história como fonte de estudos do ser humano oferece três vantagens: *“entretém a imaginação, desenvolve a compreensão e fortalece a virtude”* (HUME, 2004, p. 784). É através da história que se pode conhecer todas as épocas e observar a sociedade humana desde seus primórdios, ela amplia a experiência e desenvolve o conhecimento, porque *“oferece material para a maioria das ciências.”* (HUME, 2004, p. 785). A observação da história tem sua importância para a moral porque através dela apreendemos quais as virtudes que levaram tanto os homens quanto os impérios a ascensão e a glória, e quais os vícios que os levaram ao declínio e a ruína, o que faz do historiador, segundo Hume, um amigo da virtude, uma vez que o torna familiarizado com as características humanas.

A história serve então como um instrumento que possibilita reunir observações da vida humana, e sempre que conclusões ou hipóteses morais são feitas, pode-se apanhar nela fatos dos quais fazemos as comparações e verificações. Utilizando-se assim da história, Hume está colocando em prática o método experimental de raciocínio, fazendo dela o local para observações e comparações da vida humana.

As distinções morais

Um assunto que sempre se encontra em pauta nas discussões morais, é aquela onde se busca identificar o princípio da ação moral como sendo ou originada da razão, ou originada do sentimento, ou seja, de nossas paixões e vontades. Deste modo então, busca-se também saber de onde são derivadas as distinções entre virtude e vício, mas para adentrarmos nestas questões, é necessário que entendamos a natureza das impressões e idéias, uma vez que estas possuem uma influência nas distinções morais.

Percepções: impressões e idéias

A natureza humana é dotada de *percepções*, que são as ações da visão, audição, ou seja, tudo aquilo que se apresenta à mente mediante os sentidos, mas também de nossos julgamentos, pensamentos e sentimentos. As percepções dividem-se em duas classes, a saber: *impressões e idéias*. As impressões são aquelas percepções que atingem com mais força e intensidade a mente, são as sensações, paixões, emoções, já as idéias são as imagens, cópias fracas, tênues das impressões contidas que ficam como que gravadas no pensamento, na mente. A diferença entre ambas não requer muita reflexão, pois qualquer individuo consegue notar a diferença existente entre o sentir e o pensar.

Hume ainda divide as impressões em duas categorias: *impressões de sensação*, que são originadas a partir de nossos sentidos, como por exemplo, calor, frio, fome, sede, prazer, dor, e de tal impressão a mente faz uma cópia que permanece após o desaparecimento da sensação, e esta cópia como sabemos é a idéia, mas o que ocorre quando estas idéias de prazer, dor, frio, calor, são pensadas, elas produzem novas impressões, chamadas de *impressões de reflexão*, que formam as paixões de medo, desejo, aversão, que são derivadas das reflexões sobre estas idéias causadas pelas impressões.

A divisão ainda distingue impressões e idéias entre *simples e complexas*, a primeira é aquela não admite divisão, separação alguma, como por exemplo, a impressão e idéia de uma cor, que não pode ser separada, distinguida em outros tipos, diferentemente das complexas, que podem ser separadas em diversas impressões e idéias simples, Hume usa o exemplo de uma maçã, que pode ser

separada em diversas impressões simples, como cor, sabor, odor, consistência, e do mesmo modo ocorrem com as idéias. Observa-se então que todas as idéias que possuímos têm como origem uma impressão ou percepção vivida, originada da experiência, e que conseqüentemente não pode haver idéia alguma que não tenha havido antes uma impressão.

A mente humana é dotada de duas importantes faculdades, que é a *memória e a imaginação*, nesta primeira faculdade é que as idéias são muito mais fortes e vividas, sendo que é ela que preserva a forma original da impressão, preservando as idéias principalmente em questão de sua ordem e posição, já na faculdade da imaginação, a percepção não possui a mesma força e vivacidade, não tendo como função manter a ordem das idéias, mas ao contrário, possui a liberdade de modificar e inverter a posição das idéias, tal liberdade da imaginação é que da origem as idéias de cavalos alados, monstros, cidades do ouro, enfim, a imaginação pode desenvolver aleatoriamente infinitas idéias.

A razão não fundamenta a moral

A maior parte das discussões morais, tanto da Antiguidade, quanto da Modernidade, sempre teve como discussão o combate entre a razão e as paixões, defendendo sempre uma primazia da razão sobre as paixões, onde a racionalidade deveria regular as ações, impedindo que qualquer paixão motivasse uma ação.

Embora ainda na Modernidade alguns filósofos seguem estes princípios, Hume se desvincula destas determinações, demonstrando a incapacidade da razão de ser o fundamento da moralidade, e a única e exclusiva motivadora das vontades e ações humanas. Sua compreensão é de que as nossas paixões e sentimentos determinam as nossas vontades e originam as nossas ações, uma vez que ele entende que a razão é inteiramente inerte.

Da classificação das impressões e idéias, Hume faz o seguinte questionamento: *“Será por meio de nossas idéias ou impressões que distinguimos entre o vício e a virtude, e declaramos que uma ação é condenável ou louvável?”* (HUME, 2001, p. 496). Com este questionamento, Hume busca esclarecer se as distinções morais são derivadas por meio de idéias e deduções puramente racionais, ou se são derivadas

das percepções, ou mais precisamente, das impressões, isto é, da experiência e dos sentimentos que nos são ocasionados.

Hume se desvincula desta primeira concepção e defende que as percepções atuam com grande influência sobre as distinções morais, uma vez que é das impressões que temos dos fatos, que os sentimentos de bem-estar ou mal-estar, aprovação ou censura, são causados nos indivíduos.

O que principalmente o filósofo quer evidenciar é que os motivos pelos quais agimos, não possuem fundamentação alguma na razão, isto porque ele entende que a razão é inerte, neutra, não sendo puramente pela razão que agimos, e uma vez que a moral é uma filosofia prática, ativa, ela não pode ser fundamentada por algo inativo, mas sim em um princípio ativo que nos faz agir, que são as paixões e vontades. A função que a racionalidade exerce é o de oferecer os meios pelos quais são possíveis a realização e satisfação das paixões e vontades.

Mas assim como a razão não motiva as ações, tampouco ela possui capacidade de impedir uma ação ou vontade. A única maneira de impedir a realização de uma paixão é um impulso contrário a esta paixão. O que impede, por exemplo, um homem realizar a vontade de assassinar seu ofensor, é uma vontade maior e contrária a esta, que é a de não sofrer os castigos das leis e permanecer livre, e esta vontade de ser livre não contém nenhuma motivação racional, mas é apenas uma vontade, ou uma paixão.

Assim, Hume apresenta dois modos pelos quais a razão influencia nossas condutas: despertada uma paixão, a razão é o que nos informa a existência dos objetos que suscitam as paixões, nos fazendo notar as relações entre causas e efeitos nas paixões, a razão é o que nos guia na investigação dos meios para se atingir os fins, que é a realização das paixões e das vontades. Como afirma o filósofo: “A razão é, e deve ser, apenas a escrava das paixões, e não pode aspirar a outra função além de servir e obedecer a elas.” (HUME, 2001, p. 451). Com isto, Hume quer demonstrar que o ser humano age por paixões e sentimentos e que sua razão é empregada para encontrar os meios para realizar suas paixões e vontades.

No entanto ocorre que muitas vezes a razão nos conduz por meios impróprios, que muito mais dificultam do que facilitam a realização de um fim, mas estes erros sobre os meios, não podem ser considerados como origem da imoralidade, já que

sua ação é um ato de involuntariedade, não gerando um intenso sentimento de culpa, mas sim de lamentação, devido a infelicidade de optar por escolhas erradas para a realização de um fim, tais erros são denominados como erros de fato, ou seja, não são erros voluntários, cuja intenção era cometer o ato ilegal, imoral ou errado, para a obtenção de algo. Tal tipo de erro, que a razão comete, geralmente ocorre por ignorância, não merecendo se aplicar censuras rígidas ao indivíduo que os comete, sendo até mesmo merecedor de perdão. O acontecimento deste tipo de erro não pode ser usado para a definição e julgamento de um defeito do caráter moral do indivíduo que o praticou, porque em casos como este o que existe é uma falta de conhecimento sobre os meios necessários para se satisfazer os desejos, paixões e vontades.

Mas em contraposição a este erro, que não possui um aspecto criminal, imoral, devido a sua involuntariedade e ignorância, existe o chamado *erro de direito*, o qual é considerado como uma fonte de imoralidade, e por conseguinte, de caráter criminoso, já que tem uma voluntariedade consciente da prática de tal ato ilícito para a obtenção de um fim, para a realização de um desejo. Entende-se que é voluntário porque o indivíduo que o praticou tinha toda a capacidade de escolha de seus atos, e usou de meios ilícitos por vontade própria e não por desconhecimento ou incapacidade de fazer escolhas, sendo então merecedor de censuras e punições.

Hume entende que é dada à razão, a função de descobrir a verdade e falsidade e estas, por sua vez, se caracterizam por serem acordos e desacordos com a realidade e uma vez que as paixões e vontades não possuem tal acordo, porque são fatos, completos em si mesmos, realidades originais, não podem ser objetos da racionalidade.

O sentimento como origem das ações e das distinções morais

Visto então que as distinções morais não têm sua base na razão, Hume constata que é o *sentimento* que fundamenta as ações e distinções morais. Certas ações dignas de serem definidas como um bem moral, nos causam um profundo sentimento de estima, de bem-estar, que nos suscita um prazer ao presenciarmos ações boas, contrário ao sentimento de aversão que experimentamos ao observar ações que são opostas a estas, ou seja, inescrupulosas, que causam um sentimento

de mal-estar, inquietação, dor, perante tais tipos indesejáveis de ações. Uma prova disto é fazer uma observação do cotidiano de nossas vidas, onde perceberemos então que em dias que presenciamos atos de violência, humilhação, covardia, ingratidão, sentimos uma certa indignação, o que nos deixa em uma profunda tristeza e mal-estar.

Sempre que são feitas especulações, discussões sobre as distinções e ações morais, busca-se ter uma consciência de nossos deveres e aperfeiçoar nossos hábitos que correspondem com a prática de ações que são consideradas como virtudes, de modo que se possa evitar todo o sofrimento causado pelas ações de má conduta, considerada como vício.

Dado que a razão sozinha não possui uma capacidade determinada de distinção moral, Hume constata que o que nos leva a fazer estas distinções morais são as *impressões*, ou mais precisamente o sentimento de prazer ou desprazer que nos é então ocasionado das impressões, ou seja, das ações que presenciamos, que vemos.

No que diz respeito a tão discutida distinção entre virtude e vício, Hume, de modo direto e objetivo, define a virtude como aquilo cuja impressão nos causa um sentimento agradável, prazeroso e que induz a aprovação, e o vício é naturalmente os sentimentos opostos aos anteriormente citados, ou seja, é aquilo que nos causa um sentimento desagradável, perturbador, e que conseqüentemente provoca uma desaprovação dos atos, nas palavras de Hume:

“A hipótese que propomos é clara. Ela mantém que a moralidade é determinada pelo sentimento. Ela define a virtude como qualquer ação ou qualidade espiritual que comunica ao espectador um sentimento agradável de aprovação; e o vício como o seu contrário.”
(HUME, 1995, p. 178).

Isto nos demonstra é a própria experiência que nos oferece provas de que os atos nobres de um indivíduo para com o outro, produzem um sentimento de prazer, contentamento, aprovação, enquanto as ações inescrupulosas, geram um desprazer, mal-estar, tristeza, reprovação e censura.

Até mesmo na obtenção dos prazeres, são as ações e qualidades virtuosas que nos oferecem tranquilidade, felicidade, deleites, e benefícios, e nos faz recusar os

vícios, que por sua vez nos originam sofrimentos, inquietações, dores, descontentamentos. Com isto, Hume apresenta que a produção das distinções entre ações morais e imorais se originam dos prazeres e sofrimentos que as ações nos causam.

Mas é certo que existe uma determinada influência da racionalidade, para preparar uma capacidade de possuímos um sentimento adequado de uma ação ou de um objeto. As observações de uma bela arte exigem um certo uso de reflexões e raciocínios para que se possa ter um sentimento adequado de tal arte, evitando desta forma os falsos deleites que alguns objetos podem produzir a primeiro instante, como por exemplo, uma música, que a princípio pode parecer-nos bela, mas após uma reflexão sobre a sua significação, podemos passar a sentir um certo descontentamento com ela, ou até mesmo o emprego da reflexão pode nos fazer perceber também outras qualidades que nos ocasionam um aumento do prazer ao ouvi-la. De modo análogo, as belezas morais também exigem um certo uso de raciocínios e reflexões para que possamos aprimorar nossos sentimentos perante as ações, como afirma Hume:

“Há boas razões para concluir que a beleza moral faz parte em boa medida deste último tipo, e exige a assistência de nossas faculdades intelectuais para adquirir uma influência apropriada sobre a mente humana.” (HUME, 1995, p. 24).

Nota-se que Hume não exclui totalmente a racionalidade, ele apenas retira toda aquela importância e supremacia que muitos filósofos sempre lhe concederam. Tanto o sentimento, e muito mais este, e a razão, participam de nossas distinções morais, mas esta última não fundamenta as ações e distinções, cuja motivação inicial é o sentimento, que segundo Hume seria: *“... um interesse pela felicidade dos seres humanos e uma indignação perante sua desgraça...”* (HUME, 1995, p. 175).

Sendo a razão e o sentimento duas características essencialmente diferentes no ser humano, as diferenças entre ambas são facilmente percebidas se nos atentarmos às experiências da vida. É pela razão que distinguimos o verdadeiro do falso, percebendo os objetos existentes na natureza, já os sentimentos é que nos fazem diferenciar a virtude, cuja impressão transmite uma sensação agradável, do vício, cuja impressão produz uma sensação desagradável, e também é o sentimento que

oferece uma disposição produtiva para ornamentar, fruir destes objetos para fins últimos de nossas paixões. A razão não origina motivos para a ação, sua função é a de organizar os meios para satisfazer os apetites e inclinações, servindo de instrumento para encontrar um modo de realizar as paixões, cujo fim último é a obtenção de prazeres e o afastamento dos sofrimentos. Se observarmos porque um homem mantém hábitos saudáveis, para preservar sua saúde, o motivo para isto será o de que a doença lhe é dolorosa e nisto não há razão alguma que o determine a ter uma aversão a dor, portanto, o uso que ele faz da razão, é somente para descobrir os meios mais eficazes para a preservação de sua saúde. A racionalidade nos faz investigar aquilo que não está esclarecido, mas após o conhecimento, dá-se então lugar a atuação do sentimento, porque a razão é totalmente indiferente, “fria e desinteressada” (HUME, 1995, p. 185) aos valores da vida. Nota-se que a aplicação da lógica, um instrumento puramente racional, aplicada nas relações afetivas, demonstra a infelicidade que pode ser originada. Pelo sentimento somos levados a sentir aprovação ou censura, amor ou ódio por ações que percebemos, que vemos, isto é, que temos impressões, sendo então isto o que distingue as ações morais e imorais.

Referências

- HUME, David. *Tratado da natureza humana*. Tradução: Débora Danowski. São Paulo: Editora da UNESP, 2001.
- _____. *Uma investigação sobre os princípios da moral*. Tradução: José Oscar de Almeida Marques. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1995.
- _____. *Ensaio morais, políticos e literários*. Tradução: Luciano Trigo. Rio de Janeiro: Topbooks, 2004.
- NEWTON, Isaac. *Textos escolhidos*. São Paulo: Nova Cultural, 2005 (Col. Os Pensadores).